

Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista

Fernando Altair Pocahy¹

Resumo

Este artigo discute a emergência e a produtividade do conceito de interseccionalidade para a problematização dos processos de subjetivação etno-sexo-gendrados. Abordada enquanto prática-conceito feminista produzida na agonística deste campo preciso de luta, reivindicações e produção de saberes, a interseccionalidade oferece distintas formas de articulação política e discursiva sobre regimes de dominação e posições de desigualdade acionadas nos discursos regulatórios de gênero, raça/etnia, classe social, idade, entre outros marcadores sociais de identidade e diferença. Procedemos neste trabalho a uma cartografia das condições de possibilidade e emergência do conceito e arriscamos apontar algo de sua produtividade para a Educação.

Palavras-chaves: gênero, sexualidade, interseccionalidade, educação, processos de subjetivação

Intersectionality and education: cartographies of a feminist practice-concept

Abstract

This paper discusses the emergence and productivity of the concept of intersectionality to the problematizing of ethno-sex-gendered subjectivity processes. Approached as feminist practice-concept produced in agonistic of this precise environment of fight, claims and knowledge production, intersectionality provides various forms of political and discursive articulation of regimes of domination and inequality positions set off at regulatory discourses of gender, race/ethnicity, social class, age, and other social markers of identity and difference. We conducted this study to a cartography of possibility conditions and emergence of the concept and ventured to show up something from its productivity for Education.

Keywords: gender, sexuality, intersectionality, education, subjectivity processes.

A interseccionalidade é uma prática-conceito feminista produzida na agonística² deste campo preciso de luta, reivindicações e produção de saberes.

¹ Doutor em Educação, professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza. Coordenado do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Corpo, Gênero e Sexualidade nos Processos de Subjetivação/ *Multiversos*. E-mail: pocahy@uol.com.br.

Apostamos na produtividade desse conceito por sua reconhecida capacidade em articular distintas formas de dominação e posições de desigualdade acionadas nos discursos regulatórios de gênero, raça/etnia, classe social, idade, entre outros marcadores sociais de identidade e diferença (SILVA, 2007), assumindo que se constitui enquanto uma ferramenta importante nas estratégias de problematização dos processos de subjetivação na Educação. Problematizar significa aqui, nos termos de Michel Foucault, realizar um movimento de análise que possibilita compreender como um conjunto de práticas discursivas ou não discursivas faz ‘algo’ entrar no jogo do verdadeiro e do falso e, ao mesmo, tempo constitui este algo como objeto para o pensamento (FOUCAULT, 2001b).

Neste sentido, estudiosas no campo dos feminismos e estudos de gênero discutem o estatuto ontológico e epistemológico da interseccionalidade, assumindo que se trata de uma teorização derivada de tensões próprias e pertencentes ao campo dos feminismos (BILGE, 2009; VIGOYA, 2008; PISCITELLI, 2008; DORLIN, 2005). Muitas dentre estas pesquisadoras não hesitam em afirmar que a interseccionalidade é uma das mais importantes contribuições teóricas atualmente no campo dos estudos feministas³, constituindo-se como uma das quatro principais perspectivas da terceira onda do feminismo, juntamente com as abordagens pós-estruturalistas e pós-modernas, a teoria feminista pós-colonial e as demandas das novas gerações feministas (BILGE, 2009).

Em busca de uma maior compreensão sobre o conceito, e seguindo o rastro de militantes e teóricas feministas, entendo, apoiado em Sirma Bilge (ibidem), que a interseccionalidade se constitui para além do reconhecimento à multiplicidade de sistemas de opressão que operam a partir de categorias como gênero, classe, raça/etnia, idade, deficiência e sexualidade. A interseccionalidade transpõe soma das dominações ou arranjos de identidades e diferenças, possibilitando-nos avançar em perspectiva e prática de problematização rizomática de “uma teoria transdisciplinar visando apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais, através de uma abordagem integrada. Ela [a interseccionalidade] refuta a partição e a

² Segundo Foucault, a agonística se constitui enquanto relação “de incitação recíproca e de luta; tratando-se, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente” (1995, p. 245).

³ Considerada uma das “melhores práticas feministas” em curso no mundo acadêmico (WEBER; PARRA MEDINA *apud* BILGE, 2009).

hierarquização dos grandes eixos de diferenciação social [...]” (ibidem, p. 70), assumindo a própria produção discursiva das categorias identitárias.

Uma ligeira cartografia do conceito nos aponta que este se definiu enquanto uma crítica política datada e situada no interior das práticas feministas no contexto dos Estados Unidos, sendo inicialmente acionada, a partir das contestações e oposições de ativistas afro-americanas, chicanas e sul-americanas, ao feminismo universalista – produzido na experiência política da hegemonia da branquitude e na desigualdade econômica. No entanto não restam evidências de que o conceito encontrou na perspectiva do pós-colonialismo uma de suas mais ruidosas potencialidades de articulações político-epistemológicas.

A articulação prática-conceitual da interseccionalidade surge precisamente do plano das articulações do *Black feminism*, movimento social que contestou a representação majoritária do feminismo branco e de classe média nos Estados Unidos. Com a proposta em interseccionar diferenças – sua posição de subalternidade e sua decorrente desigualdade –, evidenciou-se em estudo relativo à violência sofrida por mulheres negras de classes desfavorecidas nos EUA. O trabalho de investigação da jurista feminista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw é destacado como a primeira aplicação do termo (BILGE, 2009; BERENI et al., 2008; DORLIN, 2005; PISCITELLI, 2008). Sabe-se que uma formalização do conceito foi produzida também por outras teóricas do pensamento feminista negro, como Patricia Hill Collins e Ange-Marie Hanchok (BILGE, 2009; BERENI et al., 2008; DORLIN, 2005).

Com a proposta da articulação de categorias relacionadas às formas de dominação e desigualdade social, essas feministas acionaram enfrentamentos táticos à hegemonia branca no interior da luta das mulheres, revelando o caráter produtivo do poder, bem como de conjuntos de produções discursivas que definem as relações sociais, mesmo em sua posição dita periférica ou minoritária. Mas esse grupo de militantes e pesquisadoras fez mais do que nos apontar os caminhos produtivos do poder; elas nos ofereceram condições para que hoje pudéssemos elaborar estratégias epistemológicas na reversibilidade das formas de dominação e hierarquização social, acionando argumentos políticos, sociais e culturais que se articulam na definição da *episteme* do mundo – na definição complexa das relações saber-poder.

A aposta na interseccionalidade como forma de “reconstrução do sujeito político do feminismo, pensando as intersecções de diferentes formas de dominação, ao mesmo instante em que sugere a colisão entre minorias

políticas” (BERENI et al., 2008, p. 11), nos permite articular um conjunto de outras formas de objetivação de saber-poder (que no momento das primeiras articulações conceituais da interseccionalidade definia-se como dominação).

Enquanto conceito – e esta é a forma que assumo neste texto – constitui-se a interseccionalidade como contribuição para compreender-intervir diante das formas de regulação sociocultural das subjetividades, especialmente a partir dos agenciamentos discursivos que produzem as materialidades de raça/etnia, classe, gênero, sexualidade e localidade, entre outros marcadores sociais e culturais de identidade e diferença.

É a partir dos planos de desconstrução sobre o que se determina como verdade e, em decorrência disso, o que define o que conta e o que não conta na produção do humano inteligível e reconhecido socialmente (BUTLER, 2005a), que este conceito encontra muito de sua produtividade – potencializando a perspectiva de que o pessoal é também político.

Ousaria afirmar que, em decorrência dessa posição mais desconfiada e constantemente suspeitosa das ‘verdades’ (sempre entre aspas), seria bastante improvável (e colocamos sob suspeita as formas de) pensar intervenções ou estudos no campo das políticas públicas como educação que não dialoguem com as distintas intersecções que constituem uma dada conjuntura social e cultural ou posição de sujeito nessa dada conjuntura, produzida nela ou constituída como tal.

Nesse sentido, temos algo ou algum elemento para pensar a interseccionalidade como um conceito-prática útil sobre os processos de subjetivação, como aqueles que são agenciados na experiência política e cultural da Educação. E, particularmente, de como gênero, raça/etnia e sexualidade (entre outros marcadores sociais) se constituem como elementos importantes na manutenção e (re)invenção dos jogos de verdade que estabelecem o que é possível ou não em termos de corpo, mas também aquilo que define ou não uma sociedade democrática.

Sirma Bilge (2009) mostra-nos a pertinência das análises que permitem perceber as especificidades históricas das formações sociais de raça, classe e gênero, reconhecendo e examinado suas interdependências (HALL apud Bilge, op. cit.). Com isso, faço minha aposta: pensar a interatividade da/na produção e reprodução da realidade social, cultural, econômica e política de mulheres e

homens, homens-mulheres, mulheres-homens e aquele#s⁴ que não seriam e não se sentiriam nem homens nem mulheres, bem como na experiência que os discursos acionam, interpelando modos de vida e fabricando posições de sujeito e a própria materialidade, por vezes tomada como naturalidade. A produção discursiva da identidade e diferença passa a ser compreendida como efeito de saber-poder e requer diante disto análises complexas e miradas políticas articuladas.

FLUXOS DA EMERGÊNCIA DO CONCEITO

Cartografando algo de sua emergência na agonística do(s) feminismo(s) e desde a sua relação mais direta na compreensão do gênero como experiência (SCOTT, 2009), parto ao encontro de alguns dos fundamentos iniciais no feminismo, bem como da emergência dos estudos de gênero – importante viés epistemológico na (re)articulação com os movimentos de minorias sexuais – ou desde onde a sexualidade passa a se constituir enquanto argumento das teorias pós-críticas - “preocupadas com as conexões entre saber, identidade e poder” (SILVA, 2011, p. 17).

Em relação ao feminismo, movimento que se constitui de formas distintas e particulares enquanto política de representação/filosofia-prática contestatória e reivindicativa, sabe-se que tem suas articulações em termos de movimento social moderno a partir do século XIX.

Evocando o argumento de Elsa Dorlin, pesquisadora francesa situada no campo *Black feminism*, entende-se na contemporaneidade que “o sujeito do feminismo não corresponde à categoria ‘mulheres’, tal como ela é produzida pelas relações de dominação, o sujeito do feminismo é o efeito de uma política e não sua pré-condição” (2003, p. 99). Porém, até chegarmos a essa posição, um caminho agitado e nem sempre encontrado povoa as imagens dos feminismos pelo mundo. Marie-Hélène Bourcier e Alice Moliner (2012), teóricas e ativistas *queer*, atuantes no contexto francês, sugerem que o feminismo nunca foi um “mar de rosas” e de que ele está/esteve desde sempre e muito mais para um “filme de estrada” (*road-movie*). Nos termos das autoras supracitadas os feminismos tanto podem desempenhar/ou desempenharam o

⁴ Uso o sinal de suspenso, por vezes o sinal '#', como forma de marcar a possibilidade de desgenerificar e, ao mesmo tempo, abrir a significações gendradas as formas de interpelação dos sujeitos (feminino ou masculino, masculino-feminino, feminino-masculino e nem masculino nem feminino, o que podemos ponderar como pós-gênero – forma de recusa às generificações e fixação de posições marcadas pelas significações arbitrárias do corpo generificado.

papel de guardião da diferença sexual (na ideia de que somos apenas dois sexos – machos e fêmeas – ou dois gêneros – masculino ou feminino⁵) quanto podem levar em conta também a existência de uma multiplicidade de gêneros. Isto é, considera-se que a feminilidade não é mais reservada às mulheres biologicamente definidas e que, se ela é uma construção cultural – móvel –, então não somente a feminilidade natural ou originária é um mito, mas a produção de feminilidades diferentes é possível. Isso serve também para a produção e a transformação das masculinidades (BOURCIER; MOLINER, 2012, p. 15).

Deste modo, com o objetivo alcançar algo da emergência do conceito de interseccionalidade, seguirei nesta cartografia das práticas políticas, sociais e culturais que constituem o que muitas teóricas feministas e estudiosas do campo determinam como ‘as três ondas do feminismo’ e a sua relação produtiva para a emergência do conceito de gênero, como categoria de análise e experiência (SCOTT, 2009), bem como da sexualidade, enquanto um dispositivo produtivo da inteligibilidade dos corpos.

Para compreender algo da dimensão ontológica deste conceito e suas ramificações rizomáticas no campo social e cultural, é preciso destacar que as primeiras articulações foram acionadas por mulheres em uma luta sedimentada no essencialismo e/ou universalismo. No entanto a atualidade do tema não está presa (ao menos conceitualmente e desde algumas práticas corporais) a nenhum determinante biológico ou código binário essencializado. Além disso, a sexualidade tem se constituído cada vez mais como uma categoria indissociável para a definição do gênero enquanto uma norma social, estourando as significações arbitrárias do amalgama corpo-gênero-sexualidade/desejo.

Sabe-se que as primeiras articulações do feminismo na sua versão moderna (desde o século XIX) foram determinadas pela reivindicação de acesso à esfera pública, no plano da participação nas decisões políticas, sobretudo no contexto europeu e estadunidense (mas também com repercussões bastante significativas em outros contextos, como o latino-americano), especialmente a partir dos movimentos de reivindicação de direitos (à educação, ao trabalho e ao voto).

⁵ Para Judith Butler (2003), sexo é desde sempre gênero, isto é, a materialidade do corpo é desde sempre generificada, produzida em práticas discursivas.

Sobre a primeira onda do feminismo, pode-se pensar em um momento que questiona(va) a desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres (mas a ideia de mulher aqui corresponde justamente a uma posição essencializada e de onde se imagina que existe um referente – bem evidentemente a mulher branca, burguesa e heterossexual – situado no feminismo dos países do norte). Para Marie-Hélène Bourcier e Alice Moliner (2012, p. 23), tratava-se de um feminismo mais “reformista”, mas também familista, monogâmico e romântico, acrescento.

Bourcier e Moliner (2012) afirmam ainda que as demandas do movimento feminista da segunda metade do século XIX eram setoriais e não se associavam à perspectiva de uma causa de sociedade de maneira sistêmica, isto é, as condições de possibilidade estavam presas aos códigos morais canônicos e à racionalidade médica de seu tempo. Nesse sentido, muito evidentemente, as condições de possibilidade para uma crítica ao binarismo de gênero seriam pouco prováveis, embora não fosse ineficaz alguma crítica em relação ao exercício da sexualidade ou às normas de gênero, mas essa realidade se constituiria como uma significativa minoria e, certamente, condenada pelos códigos morais canônicos, jurídicos ou a racionalidade médica da época.

Segundo Ilana Löwy e Hélène Rouch (2003), a indissociabilidade entre sexo (macho/fêmea) e gênero (masculino/feminino) se torna muito gradual entre 1860-1940. As pesquisadoras afirmam que acontece uma dissociação gradual entre as estruturas anatômicas, as funções fisiológicas, a identidade sexual e o papel social. Com isso, essas pesquisadoras feministas no campo das ciências interrogam as ligações entre saberes sobre corpos sexuados e modelos culturais de feminilidade e masculinidade e não hesitam em correlacionar isso à dominação masculina que organiza a sociedade nesse tempo histórico / contexto-dependente – (MEYER, 2012).

Entretanto é desde essas articulações do pós-guerra que se produzem as bases de uma nova definição na política feminista, abalada pela célebre produção da obra *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicada em 1949, na qual ela afirma: “on ne naît pas femme, on le devient” (ninguém nasce mulher, torna-se). Löwy e Rouch (2003) consideram que Beauvoir interpreta certos dados biológicos como elementos de uma construção sociocultural. De outra parte,

[...] sua insistência sobre a percepção da experiência que as mulheres têm de seus corpos sexuados e de sua sexualidade, em um entre jogo biológico e social, faz do corpo o pivô e a questão da reflexão sobre as diferenças dos sexos e, portanto, da reflexão sobre a distinção entre sexo e gênero. (ibidem, p. 11).

Antes de prosseguir, cabe sublinhar que esta leitura nos termos das ‘ondas do feminismo’ se faz articulada à perspectiva de reconhecimento de um processo histórico, político e cultural que define o feminismo não do ponto de vista de seu desenvolvimento ou ‘progresso’ em relação a um conjunto de reivindicações. Mas, como movimentos (as ondas) que tomam e ocupam a agônística social das lutas das mulheres, trazendo consigo momentos e condições de possibilidade disto que ousaria denominar outra epistemologia do mundo.

Portanto, como espaço-tempo da articulação privilegiada do conceito de interseccionalidade, cabe destacar, é somente a partir de um conjunto de continuidades e descontinuidades na composição do próprio campo do feminismo e dos estudos de gênero que podemos apreender a possibilidade e/ou a emergência do conceito que estamos tratando de (re)articular neste trabalho.

Embora seja importante acionar estas linhas de problematização, deter-me-ei um pouco mais na experiência política do que algumas teóricas têm considerado a terceira onda do feminismo, especialmente a partir do impacto crescente do conceito de gênero e das articulações das minorias sexuais e étnicas, em que o pensamento interseccional, podemos dizer, faz-se arder de forma mais quente.

É preciso ainda destacar de antemão que, enquanto novo arranjo nas políticas de representação (feminismo) e epistemológicas, a emergência do conceito feminista de gênero se destaca enquanto elemento inicialmente para a reflexão-contestação das relações de dominação. No entanto, salienta-se, esse conceito circundava o campo científico bem antes de sua *démarche* feminista, referindo-se às diferenças sexuais em termos de temperamentos, práticas e condutas, seja a partir dos referenciais médicos (hormonais, principalmente), seja através dos estudos antropológicos do início do século XIX até a metade do século XX, que, segundo Löwy e Rouch (2003, p. 9), “observavam a existência de uma grande variabilidade de papéis e de comportamentos sexuais, definições de identidades sexuadas, e se deram conta que outras culturas permitiam ultrapassar as divisões binárias estritas”.

Especialmente nos anos 1970-1980, a definição de gênero como relação de dominação

[...] é aberta a múltiplas elaborações teóricas, algumas de inspiração marxista, outras ligadas a reflexões sobre a sexualidade, ou sobre o gênero enquanto performance. [...] As pesquisas de inspiração feminista colocam agora em evidência múltiplas modificações de pais e de identidades masculinas e femininas. (ibidem, p. 12).

É neste momento que, ao se articularem a estudos sociais e culturais, os estudos de gênero firmam-se, colocando a problemática de gênero a outras 'divisões', tais como classe, casta, religião, etnia.

Para Marie-Hélène Bourcier e Alice Moliner, neste momento, os gêneros são considerados de forma relacional e a circulação da masculinidade e da feminilidade já não depende mais do sexo biológico, embora ainda não se desfaça a ligação binária e, tampouco, se perceba o caráter regulatório implícito na própria categoria gênero, como poderemos observar adiante, a partir dos estudos *queer*.

Não obstante à consideração das formas de dominação sobre os corpos das mulheres, a entrada da discussão sobre a sexualidade na perspectiva cultural, social e política se constitui como um dos mais incisivos aspectos para o alargamento e a potencialidade do conceito de gênero como o conhecemos hoje, bem como diante de suas possibilidades incontestáveis na trama das interseccionalidades.

UM CONCEITO ÚTIL NA ERA 'PÓS-GÊNERO'? : OU NOVAS CARTOGRAFIAS FEMINISTAS

No rastro das elaborações de Sirma Bilge (2005), pode-se considerar que a interseccionalidade entre gênero e sexualidade nos permitiu compreender as distintas formas de dominação e objetivação, entrecortando e cruzando linhas de continuidade e descontinuidade discursivas que operam na (re)definição e nos deslocamentos de posições de sujeito, no sentido também de nossos pertencimentos, nossos desejos, nossos interesses.

As perturbações de gênero ou sobre o gênero propostas pelos movimentos *queer* que, ao propor a crítica ao binarismo masculino/feminino e a crítica estridente da heterossexualidade como algo não evidente, não natural, e sim como uma arbitrariedade e norma, reposicionam e interrogam as bases epistemológicas para o conceito de gênero e sexualidade, suspeitando de sua

naturalidade evidente, produzindo impacto expressivo nas problematizações sobre a interseccionalidade.

Para Bourcier e Moliner (2012), não se trata mais de interiorizar as normas de gênero, nem de se conformar a elas para sobreviver; os desafios agora são aqueles de encontrar as chaves para a desconstrução. Considerando-se estas (re)articulações no interior das práticas feministas, perguntamo-nos, na atualidade: que intersecção seria possível a partir das desnaturalização dos corpos e dos gêneros? Isto é, quais seriam nossas categorias analíticas na era do pós-gênero?

Para Judith Butler (2003), a nomeação interpelativa homem ou mulher e as consequentes expectativas e atributos de gênero e do exercício da sexualidade que decorrem daí, isto é, deste ‘batismo’ ou interpelação supostamente fundante do sujeito, dado antes mesmo de nascermos – quando ainda no útero de quem está nos gestando – pode ser ao mesmo tempo referente de estabelecimento de uma fronteira e a reinstalação repetida de uma norma. Mas é também convite à mobilização política que nos conduz à possibilidade de circulação das posições sobre o discurso das normas de gênero e do exercício da sexualidade, como possibilidades heterogêneas, não naturais e tampouco culturalmente universais. Segundo esta teórica “a instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio de práticas do desejo heterossexual” (BUTLER, 2003, p. 45-46).

Nesta perspectiva, sublinhamos nossa aposta de que o corpo (onde estes discursos habitam e por onde se produz a materialidade destes discursos), como uma ficção política da modernidade, é forjado e tecido em dispositivos de gênero, sexualidade, idade, tamanho, forma, peso, ‘raça’... E ele vem ‘fazendo sentido’ especialmente na sua relação com os discursos da funcionalidade, de sua dinâmica e de sua produtividade, aspectos estes que tenho tomado como idealização ou utopia biopolítica (FOUCAULT, 1997) do projeto moderno – o indivíduo/corpo ‘planejado’, desenhado, calculado, medido, sujeito a prescrição, tutela, correções, adaptações.

Essa ficção do humano vem sendo colocada sob rasura. Ela é contestada por muitas e muitos teóricos e ativistas de diversos movimentos sociais e culturais – através de problematizações que nos interrogam sobre as marcas que alguém deve portar para ser reconhecido socialmente e para que seja

elegível a uma vida viável, uma vida que valha a pena a ser vivida (LOURO, 2004; BUTLER, 2005a, 2005b).

Temos aprendido com pesquisadoras feministas, *queer* e pós-modernas que as relações de saber-poder produzem marcas sobre nossos corpos, corpos este engendrados na Educação. Os discursos de poder-saber inventam e inventariam a realidade de nossos corpos, produzindo materialidades tácitas, ficções do real. Essas marcas nos habitam (LOURO, 2004) e são determinantes das epistemologias de mundo que nos (re)definem (HARAWAY, 2009; LOURO, 2004; GOELLNER, 2003).

Para concluir ou como ponto de partida para novas reflexões, afirmo, apoiado na reflexão de Kathy Davis (apud BILGE, 2009), que a produtividade da interseccionalidade está em sua dimensão de prática-epistemológica na democratização das relações sociais e nos modos de subjetivação, considerando que ela

[...] se inscreve decididamente no projeto pós-moderno de conceituação das identidades como múltiplas e fluidas, juntandose as perspectivas foucaultianas sobre o poder no que elas colocam acento sobre os processos dinâmicos e sobre a desconstrução de categorias normalizadoras e homogeneizantes. (p. 75-76).

Interseccionar linhas de saber-poder pode, talvez, nos garantir alguma margem de liberdade diante das formas arbitrárias, hierárquicas e normativas de pensar-viver a vida e as relações sociais que nos interpelam como seres viventes/ submetidos ao regime de uma população – homens ou mulheres, lésbicas, gays, trans ou heterossexuais, trabalhadoras/res da educação, crianças, jovens, adultos, idosos/as. Uma outra epistemologia do mundo talvez seja possível a partir de nossa disposição para a interseccionalidade como um modo de problematizar o que nos faz humanos ou não – tomando como plano privilegiado a Educação como espaço-tempo-política de subjetivação.

REFERÊNCIAS

BERENI, Laure et al. *Introduction aux Gender Studies: manuel des études sur le genre*. Bruxelas: De Boeck, 2008.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogène*, n. 225, p. 70-88, Jan./Mars 2009.

BOURCIER, Marie-Hélène; MOLINER, Alice. *Le féminisme*. Paris: Max Milo éditions, 2012.

BUTLER, Judith. *Humain, inhumain. Le travail critique desnormes: Entretiens*. Paris: Éditions Amsterdam, 2005a.

_____. *Cuerpos que importan: Sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires/Barcelona/México: Paidós, 2005b.

_____. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DORLIN, Elsa. De l’usage épistémologique et politique des catégories de ‘sexe’ et de ‘race’ dans les études sur le genre. *Cahiers du Genre*, n. 39, p. 83-105, 2005/2.

FOUCAULT, Michel. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: DREYFUS, H e RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. Foucault. In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits II, 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001a.

_____. Foucault. In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits II, 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001b.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 28-40.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 35-118.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 7-34.

LÖWY, Illana; ROUCH, Hélène. Genèse et développement du genre: les sciences et les origines de la distinction entre sexe et genre. *Cahiers du Genre*, n. 34, p. 5-16, 2003/1.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: _____; PARAÍSO, Marlucy Alves *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. pp. 47-62.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

POCAHY, Fernando Altair. Interseccionalidade: uma prática-teorização feminista possível na “era pós- gênero”? In: DORNELLES, Priscila G.; WENETZ, Ileana; SCHWENGBER, Simone V. (orgs.). *A Educação Física em diálogo com os Estudos Feministas*. Ijuí: Unijuí, 2013.

SCOTT, Joan. *Théorie critique de l'histoire: Identités, expériences, politiques*. Paris: Fayard, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 73-102.

_____. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. Paradigmas? Cuidado com eles! In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 35-47.

VIGOYA, Mara Vivero. La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidade en el contexto latinoamericano actual. *Revista Latinoamericana de Estudios de Familia*, v. 1, p. 63-81, enero/dic. 2009.